

A LEGISLAÇÃO E AS ORNAMENTAÇÕES INTERNAS DOS PRÉDIOS ECLÉTICOS DE PELOTAS: BENS INTEGRADOS AO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Fabio Galli. PPGMP/ICH/UFPeI
Carlos Alberto Ávila Santos. PPGMP/ICH/UFPeI

fabiogallirestauro@uol.com.br
betosan@terra.com.br

RESUMO

Este artigo aborda, de forma concisa, as políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, criadas a partir da década de 30 do século XX. Expõe as normativas legais e as ações preservacionistas, e as consequências destas na conservação dos bens arquitetônicos ecléticos, estendida aos elementos integrados dos interiores das construções historicistas. Exemplifica e discorre sobre as técnicas dos revestimentos e das decorações pictóricas agregadas às superfícies murais internas dos antigos casarões residenciais do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, suas características e materiais empregados.

Palavras-Chave:

Ecletismo. Bens Integrados. Pintura mural decorativa.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a proteção do patrimônio cultural da nação foi referida, pela primeira vez, no ano de 1936. Data em que, por solicitação do então Ministro da Educação e da Saúde Gustavo Capanema, o intelectual modernista Mário de Andrade redigiu o anteprojeto de Lei para o funcionamento do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). No dia 30 de novembro de 1937, o órgão foi criado com o Decreto-Lei nº 25, e passou a regulamentar sobre a proteção dos bens culturais nacionais. Foi indicado como Diretor Geral do SPHAN o advogado e jornalista Rodrigo de Melo e Franco de Andrade. Outro teórico do movimento estético modernista brasileiro, o arquiteto Lúcio Costa, assumiu na época o cargo de Diretor Geral da Divisão de Estudos e Tombamento (DET). Lúcio Costa ultrapassou a área dos processos de tombamento, opinou e atuou em obras de restauração ou de construções novas e nas normas urbanísticas, desde 1937 até sua aposentadoria, em 1972. Foi eventualmente solicitado, como colaborador, até sua morte, em 1998 (SANTOS, 2013).

Desde a criação do atual IPHAN, as preocupações com a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro incluíram os bens tangíveis e intangíveis, as paisagens naturais e as urbanas características de um determinado tempo e lugar e reconhecidas como de pertencimento de uma cultura particular – de uma comunidade, cidade ou região (ANDRADE, 1936). Como as cidades históricas do ciclo do ouro de Minas Gerais, tombadas em 1938. No Rio Grande do Sul, as ruínas do sítio missionário de São Miguel foram tombadas em 1937. Porém, os edifícios característicos da estética arquitetônica historicista eclética só foram incorporados aos tombamentos das áreas urbanas na década de 1970. Posto que os modernistas criticavam o Brasil europeizado do século XIX e início do XX, como também a arquitetura edificada neste período (MOTTA, 2002).

Para dissertar sobre os bens móveis integrados ao patrimônio eclético historicista de Pelotas, foi feito um levantamento do conjunto arquitetônico constituído pelas antigas residências do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, que originalmente pertenceram ao Conselheiro Francisco Antunes Maciel, ao Barão de São Luis, Leopoldo Antunes Maciel, e ao Barão de Butuí, José Antônio Moreira. Mais especificamente, foram enfocados os bens decorativos integrados às superfícies murais internas destas antigas moradias, que ainda hoje apresentam uma grande variedade de decorações, nas quais serão reconhecidos os motivos, os materiais e as técnicas utilizadas no desenvolvimento das ornamentações murais, que proporcionam um rico e diversificado panorama dos bens agregados à arquitetura da época.

A LEGISLAÇÃO

Destacamos neste texto os artigos 1º, 4º e 17º da Legislação de 1937, de interesse para o desenvolvimento desta investigação:

Artigo 1º: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Artigo 4º: O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Artigo 17º: As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Os artigos especificados na Lei e os livros de Tombo, portanto, desde a sua origem serviram como requisito e regramento para escolha e classificação dos artefatos considerados como bens patrimoniais pelos técnicos do SPHAN, como também para as interferências de restauro realizadas por arquitetos e artífices sobre estes bens materiais, no primeiro período de aplicação da “Lei de Tombamento”, como foi apelidada na época (LONDRES, 2005). De acordo com a legislação nacional, um bem tombado deve ser preservado em suas totais peculiaridades, que devem ser mantidas pelo proprietário do bem, sendo este o Estado, a pessoa jurídica ou física. No entanto, como já foi apontado, inicialmente os monumentos arquitetônicos ecléticos foram considerados de valor irrelevante para os processos de tombo e, por consequência, também foram

descartados os elementos ornamentais agregados às caixas murais das construções historicistas, ocasionando os principais problemas na conservação destas manifestações artísticas e culturais.

Do ponto de vista estético, os arquitetos modernistas consideravam que, no estilo eclético, o funcional e o decorativo estavam dissociados, o que fez com que considerassem esse estilo, assim como o neocolonial, “não arquitetura”. Do ponto de vista ideológico, as construções em estilo eclético eram consideradas transposições acríticas de influências europeias, modismos das elites que aqui tentavam reproduzir o velho mundo (LONDRES, 2005, p. 189).

Na década de 1970, com a revisitação de novos teóricos e pesquisadores sobre os conceitos modernistas difundidos a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, como também com as pesquisas desenvolvidas por teóricos da área da arquitetura sobre a estética eclética, as construções peculiares a esta linguagem finalmente receberam o devido reconhecimento dos seus valores históricos e estéticos, e passaram a integrar os livros de tombo. As investigações e publicações – de Giovanna del Brenna, no Rio de Janeiro; de Carlos Lemos, em São Paulo; de Heliana Salgueiro, em Belo Horizonte; de Jussara Derenji, em Belém; de Geraldo Gomes da Silva, em Recife; de José Liberal de Castro, em Fortaleza; de Gunther Weimer, em Porto Alegre – contribuíram para a valoração dos edifícios historicistas. A pesquisadora da USP Annateresa Fabris, reuniu artigos destes autores na obra intitulada “Ecletismo na arquitetura brasileira”, publicada no ano de 1987.

BENS MÓVEIS INTEGRADOS E O ECLETISMO PELOTENSE

O conceito de Bens Móveis Integrados surgiu no Brasil a partir de 1980, quando a museóloga Lygia Martins Costa publicou artigo no Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, no qual detectou a necessidade da conservação dos bens agregados à arquitetura religiosa (altares e retábulos, instrumentos litúrgicos e imagens sacras). Até essa data, o conceito para conservação dos bens patrimoniais era definido da seguinte forma: ou eram artefatos imóveis ou eram bens móveis. A preservação e a conservação dos últimos eram de responsabilidade dos museus.

Imóveis, o acervo arquitetônico, urbanístico e natural protegido, inclusive os bens de espécies várias que, por sua natureza irremovível, se prendiam ao contexto em que se inseriam. E bens móveis – evidentemente formando-lhe o contra ponto – os que, criados para todo tipo de mister, a despeito de seu peso podiam ser transferidos de um local sem problemas maiores (COSTA – Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados. 2000. p. 47).

Os bens integrados formam uma classe a parte, não se enquadrando nem como bens imóveis ou como bens móveis, mas participando de ambos. São elementos funcionais ou ornamentais que compõem o conjunto arquitetônico. Porém, não seguem as especificidades da arquitetura. A execução destes elementos está relacionada aos mais

diversos tipos de profissionais e aos mais variados materiais e técnicas, determinados de acordo com a execução e a época da realização destas peças. Por estas características, a conservação destes bens está atrelada, em todos os sentidos, ao local onde foram executados. Em casos específicos, quando a tipologia permite, podem ser retirados para serem tratados em ateliers de restauração, para logo retornarem ao seu lugar de origem. São muitos os bens móveis que podem ser considerados integrados aos ambientes internos: as pinturas artísticas, os estuques de tetos e paredes, os papéis e tecidos, os azulejos, os ladrilhos hidráulicos, os mármore, os forros trabalhados ou esculpidos em madeira, as aberturas, as vidraças e as ferragens. Enfim, todos os elementos que compõem o ambiente arquitetônico.

Em Pelotas, cidade que apresenta um rico conjunto de exemplares arquitetônicos da linguagem eclética – edifícios que constituem parte do patrimônio cultural da localidade – as políticas de preservação e conservação estão vinculadas aos tombamentos e à inventariação de prédios que agregam valores históricos e estéticos reconhecidos pela sociedade local. Os bens tombados – em nível federal, estadual ou municipal – “deverão ser preservados integralmente, não podendo ser demolidos ou descaracterizados (...), o que significa a garantia de permanência de suas características internas e externas” (SECULT, 2008, p. 16). Nos prédios inventariados, a legislação “resguarda as fachadas públicas e a volumetria dos bens integrantes do inventário, sendo permitidas alterações internas” (Ibid, p. 14).

Muitos dos prédios inventariados na cidade possuem bens integrados à arquitetura edificada, grande parte desenvolvida nas superfícies murais dos ambientes interiores das construções, como: as pinturas em estêncil ou a mão livre, as decorações de estuque em relevo, as escaiolas e os azulejos. Como as regras criadas pela Secretaria de Cultura permitem alterações nos interiores dos prédios, esses elementos ornamentais agregados aos ambientes internos das edificações correm o risco de desaparecer, eliminando registros palpáveis de diferentes técnicas, materiais e instrumentos utilizados na época. Sendo assim, é urgente a inventariação dos bens integrados às superfícies murais das salas internas das casas arroladas no inventário municipal, para que sobrevivam em registros – fotografias, medições, textos explicativos dos materiais, instrumentos e das técnicas utilizadas – destes exemplares. A pesquisa que desenvolvemos tem esse objetivo.



Figura1: Na imagem à esquerda, 1: Entorno da Praça Coronel Pedro Osório e os casarões analisados ao fundo. **Fonte:** Projeto Pelotas Memória, Face book. Na imagem à direita, 2: Aspecto do mesmo quarteirão visto no sentido contrário da antiga fotografia ao lado. **Fonte:** Foto de Carlos Alberto Ávila Santos, 2013.

TÉCNICAS E MATERIAIS DOS BENS INTEGRADOS AOS INTERIORES

Por uma questão de síntese, neste artigo serão abordadas as decorações murais internas dos antigos casarões residenciais que pertenceram aos barões de Butuí, de São Luis e do Conselheiro Maciel, erguidos no entorno da Praça Coronel Pedro Osório e edificados ou reformados na década de 70 do século XIX, tombados pelo Governo Federal, por iniciativa popular ocorrida na década de 70 do século XX. (Figura 1)

Em Pelotas, entre os anos de 1870 e 1931, quando se introduziu e desenvolveu o estilo eclético historicista na arquitetura da cidade (SANTOS, 2007), a riqueza econômica da classe dominante alavancada pela exploração e exportação do charque e de seus derivados, como também a avidez da elite pelotense pelas novidades advindas da modernização dos países europeus, proporcionou a importação de diferentes materiais e de novas técnicas construtivas que, de um lado, explicitavam o poder econômico dos proprietários dos prédios, e de outro, materializavam a modernidade alcançada pela cidade. Os elementos ornamentais agregados às fachadas dos edifícios, como os bens integrados aos ambientes interiores das moradias, revelavam a cultura e as ideologias dos donos das construções edificadas, cujas criações, muitas vezes sobrepostas, deixaram testemunhos da evolução das técnicas empregadas na ornamentação das principais salas das casas.



Figura 2: Nas duas imagens: Detalhes das pinturas sobre oleado, na sala de jantar da antiga residência de Judith Assumpção. **Fonte:** Fotos de Carlos A. A. Santos, 2005.

Dentre as técnicas de revestimentos decorativos dos ambientes internos encontradas no levantamento efetuado nos três casarões estudados, destaca-se a escaiola. O termo define o processo decorativo pictórico, que usualmente imita ou finge a aplicação do mármore, utilizando desenhos geometrizados ou orgânicos em grandes painéis ou em frisos, cuja resultante foi denominada de “*trompe l’oeil*”, palavras francesas que são traduzidas como engano de olhos, cujo efeito final provoca ilusão ótica ao espectador. Neste caso, a imitação do mármore.

A escaiola é um revestimento impermeável com baixos custos para a execução. É uma espécie de afresco feito com argamassa de cal e pó de mármore, aplicada com desempenadeira metálica, lixada com pedra pomes ou lixa fina de água. Em seguida é executada a pintura que utiliza óxidos de ferro como corante, depois recebe polimento com solução de sabão neutro. Partículas do sódio do sabão penetram na parte interna do revestimento, os óxidos de cálcio da argamassa se cristalizam na parte externa da superfície pintada. Como nos afrescos egípcios, criam uma película que garante a

impermeabilidade da parede. A coloração desses falsos mármore é bem variada. O processo é feito por etapas, posto que a argamassa seca rapidamente e inviabiliza a execução da pintura.



Figura 3: Nas duas imagens: Detalhes das pinturas sobre os tetos das salas da antiga residência de Judith Assumpção. **Fonte:** Fotos de Carlos A. A. Santos, 2005.

As paredes internas e os tetos das principais salas das construções ecléticas pelotenses recebiam também pinturas murais artísticas – realizadas a mão livre – que representavam paisagens, naturezas mortas (Figura 2), ramalhetes de flores, medalhões, frisos, bustos e cenas inspiradas na mitologia grega. (Figura 3. 1) No Teatro Guarani, inaugurado no dia 30 de abril de 1921 (SANTOS, 2007), nas superfícies murais dos tímpanos das portas do saguão de entrada e do *foyer* existem ainda exemplos dessas decorações. Uma matéria divulgada no Diário Popular do dia 14 de março de 1928 salientou a qualidade dos painéis de “vivas cores” executados – sete anos depois da inauguração da casa de espetáculos – pelo “laureado artista do pincel” Sobragil Carollo (DIÁRIO POPULAR, 1928).

Em um dos sobrados geminados edificadas por encomenda do Senador Joaquim Augusto de Assumpção – erguidos pelo construtor Caetano Casaretto entre os anos de 1911 e 1912 (SANTOS, 2007), na esquina das ruas Lobo da Costa e Felix da Cunha e voltados para a Praça Coronel Pedro Osório – para moradias de Judith e Francisca Assumpção, filhas do Senador, existiam ricos exemplos destas decorações. No sobrado residencial de Judith, segundo Maria Leocádia de Assumpção Gertum, filha da proprietária original, os tetos eram cobertos de tecidos pintados a mão por artista estrangeiro: “foi um francês que fez (...) a entrada é toda com flores”. (Figura 4.1) Referindo-se a outro ambiente a entrevistada registrou: “o teto era todo pintado, com orquídeas, papoulas, enfim (...). A sala de visitas era muito bonita, (...) era pintado um céu aberto. (...). (Figura 3) A sala de jantar é num tipo de oleado (...), com naturezas mortas nos quatro cantos”.¹ (Figura 2) Recentemente a casa inventariada pela SECULT foi vendida e está em processo de restauração. Como a legislação municipal permite modificações nos interiores das construções incluídas no inventário municipal, as decorações descritas foram retiradas durante a intervenção.

Outras decorações pictóricas utilizaram a técnica do estêncil, que sobrepunha variadas demãos de tinta. (Figura 9) O estêncil empregava gabaritos ou moldes/formas com a decoração desejada, que era executada e perfurada sobre diferentes placas de metal,

¹ Entrevista oral realizada por Carlos Alberto Ávila Santos, no dia 5 de setembro de 2005.

constituindo espécies de carimbos. Essas formas vazadas eram fixadas sobre as superfícies murais, sobre as quais eram aplicadas as tintas através de rolos. Os desenhos perfurados nos moldes ficavam gravados sobre as paredes, em cores chapadas. O processo podia ser repetido várias vezes, utilizando novos gabaritos que compunham fragmentos do arranjo ornamental projetado, somando novas colorações e silhuetas a cada demão de tinta aplicada. As decorações exploravam motivos orgânicos ou geométricos diversos, sobretudo, os florais. Confeccionados em número igual ao das cores utilizadas, os gabaritos possibilitavam diferentes sobreposições de camadas e de impressões aplicadas em sequência, que podiam cobrir grandes áreas murais.



Figura 4: Na imagem à esquerda, 1: Detalhe do das pinturas do teto do vestíbulo da antiga residência de Judith Assumpção. Na imagem à direita, 2: Detalhe do revestimento com tecido, em uma sala da mesma moradia. **Fonte:** Fotos de Carlos A. A. Santos, 2005.

Tecidos e o papel também foram usados como revestimentos de paredes. Na antiga moradia de Judith Assumpção registramos as decorações murais com tecido de seda. (Figura 4.2) O papel ornamental de parede, produzido com fibras de origem vegetal – celulose ou algodão – proporcionava padrões de estampas com texturas e cores diversas, integrado às superfícies dos muros por meio de adesivos. Os papéis decorativos de parede eram facilmente encontrados no comércio pelotense. Publicidades das casas de comércio especializadas na matéria divulgavam o produto através dos jornais da época. Em maio de 1897, a *Livraria Commercial* anunciou a “esplendida coleção de papeis para forrar salas”. Destacava-se o francês, mas havia papéis pintados nacionais. O selecionado sortimento oferecia “padrões modernos” (CORREIO MERCANTIL, 1897).

Artífices locais ou estrangeiros realizavam ou aplicavam esses elementos (SANTOS, 2007). O “pintor decorador” Primo Corazon Fereari, ofereceu “qualquer classe de trabalhos referentes a sua profissão”. Podia ser encontrado na Rua Felix da Cunha (CORREIO MERCANTIL, 1897). Outro “artista”, Manoel Gomes da Silva, disponibilizou os seus serviços aos proprietários e mestres-de-obras, em maio de 1892.

Também se encarregava da colocação de “papeis pintados para forrar as casas” (CORREIO MERCANTIL, 1892). No mês de novembro de 1898, uma notícia comentou a decoração efetuada pelo francês Napoleon Grimá no escritório da residência do “industrialista” Alfredo Augusto Braga (SANTOS, 2007):

“Hontem tivemos ocasião de apreciar o referido escriptorio (...). Para levar a effeito o seu importante trabalho, o Sr. Grimá empregou os anexalptos e o carton-pierre, processos decorativos de que é inventor. Os primeiros têm a forma quadrangular e ficam presos á parede por meio do carton-pierre, espécie de argamassa com vantagem sobre o estuque. Em summa, a decoração (...) apresenta effeito deslumbrante” (DIÁRIO POPULAR, 1898).

Os azulejos foram empregados nos revestimentos de paredes dos vestíbulos e corredores dos prédios ecléticos de Pelotas, também cobriam as superfícies murais das copas, cozinhas e banheiros. Na maior parte eram importados da Europa, muitos deles de Portugal. Com o tempo, grande quantidade passou a ser fabricada em oficinas implantadas na cidade, como é exemplo a antiga *Fabrica de Mosaicos*, situada na Rua Marechal Deodoro, entre a Avenida Bento Gonçalves e a Rua General Argolo, hoje ocupada pela *Lancheria Circulus*. Esses artefatos eram ornamentados com relevos florais e geométricos, ou apresentavam superfícies lisas pintadas em cores e motivos variados. Os azulejos são placas moldadas em cerâmica, pintadas com esmalte e queimadas, cujas superfícies recebiam decorações com pigmentos inorgânicos que, após a queima se agregavam à peça criada. Normalmente, eram feitos um a um, aplicados às paredes de maneira a criar diversas composições, que protegiam as superfícies murais da umidade e necessitavam de pouca manutenção, resultavam em requintes decorativos dos ambientes interiores.

O CASARÃO DO CONSELHEIRO MACIEL

Originalmente, o casarão construído em 1878 (SANTOS, 2007) serviu como residência do Conselheiro Francisco Antunes Maciel, posteriormente foi usado como sede social do Quartel do Exército, e mais tarde por um setor da prefeitura. O prédio foi adquirido pela Universidade Federal de Pelotas no ano de 2002, e recentemente (2013) foi concluída uma intervenção de restauro, cujos levantamentos feitos previamente para a restauração, levaram à descoberta da utilização de papel e tecido para o revestimento das paredes das principais salas interiores. (Figura 5) Além dos fingidos em escaiola, dos marmoreados pintados sobre madeira, e das superfícies azulejadas que integram a estrutura mural interna de algumas peças.

Fragmentos de testemunhos dos bens integrados à arquitetura (Figura 5) foram encontrados onde seria, provavelmente, o quarto do casal de proprietários. Estavam cobertos por camadas de tinta. Hoje, o ambiente se encontra revestido com tecido liso de cor neutra.

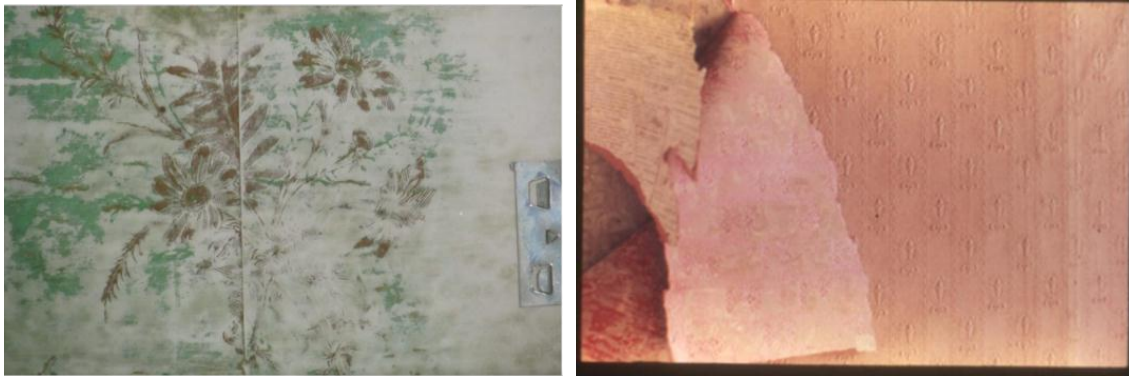


Figura 5: Na imagem à esquerda, 1: Testemunho de tecido aplicado na forração das paredes. Na imagem à direita, 2: Testemunho da utilização de papel de parede no revestimento das paredes internas da antiga residência. **Fonte:** Blog do Casarão 8.

Encontrada em uma área menos nobre da casa, a pintura decorativa apresentada (Figura 6.1) evidencia camadas sobrepostas, com uma área lisa e outra onde se sobrepõem ornamentações florais e traços dourados. Uma pintura marmoreada sobre madeira ornamenta o rodapé do ambiente de distribuição dos outros cômodos da casa (Figura 6.2), onde no teto se encontra uma grande claraboia que se projeta para além do segundo piso.



Figura 6: Na imagem à esquerda, 1: Testemunho de pintura mural artística realizada em uma sala da residência. Na imagem à direita, 2: Detalhe de pintura marmoreada desenvolvida sobre madeira. **Fonte:** Fotos de Fabio Galli, 2008.

Escaiolas revestem as áreas nobres de convívio social. (Figuras 7.1 e 7.2) Neste caso, usam representações geometrizadas fingindo mármore de cores diferentes, elaborados de maneira a comporem painéis. As cores e os tons predominantes nesses fingimentos são os ocres, os avermelhados e o preto. As escaiolas decoram grandes superfícies das paredes, desde o rodapé às cimalthas. Os azulejos revestem as superfícies murais da cozinha. (Figura 7.3) Para o revestimento foram usadas placas de dois tamanhos e formas, retangulares e quadradas. As primeiras são menores e apresentam motivos florais policrômicos, funcionam como moldura das peças quadradas e também policromadas, com a predominância da cor azul.



Figura 7: Na imagem à esquerda, 1: Detalhe de escaiola que explora formas geométricas. Na imagem central, 2: Detalhe de escaiola com o rodapé de madeira marmoreada. Na imagem à direita, 3: Detalhe do revestimento de azulejos. **Fonte:** Fotos de Fabio Galli, 2008.

O CASARÃO DO BARÃO DE SÃO LUIS

O palacete assobradado onde viveu o Barão de São Luis foi erguido em 1879 (SANTOS, 2007), o prédio atualmente pertence à Prefeitura Municipal e sofreu intervenção de restauro entre os anos de 2011 e 2012, está destinado a abrigar o Museu do Charque de Pelotas. Desde a varanda de acesso – as paredes e os fustes das colunas – aos ambientes interiores, as superfícies murais do edifício receberam decorações elaboradas em diferentes técnicas de revestimento. A maior parte das superfícies murais é coberta por escaiolas, em grandes painéis que fingem mármore coloridos, emoldurados por frisos decorados com motivos fitomorfos. (Figura 8)



Figura 8: Na imagem à esquerda, 1: Detalhe de uma das escaiolas executadas nas principais salas da antiga moradia. **Fonte:** Foto de Fabio Galli, data? Na imagem à direita, 2: Aspecto das decorações escaioladas nas paredes e nos fustes das colunas da varanda de acesso ao interior do casarão. **Fonte:** Foto de Carlos A. A. Santos, 2012.

Uma das salas apresentava pinturas executadas com a técnica do estêncil, em listras verticais com duas cores, o rosa e o ocre. (Figura 9.2) Este padrão decorativo lembrava um tecido aplicado à parede, arrematado no alto por um friso com flores e frutos. Em outro aposento o friso que ornamentava a cimalha explorava motivos florais monocromáticos. (Figura 9.1) Infelizmente, estas antigas decorações não foram preservadas pelos restauradores do prédio tombado pelo Governo Federal. Desrespeitando, portanto, as normas nacionais ou municipais.



Figura 9: Na imagem à esquerda, 1: Friso decorativo executado na técnica do estêncil. Na imagem à direita, 2: Pintura decorativa com friso elaborado na mesma técnica. **Fonte:** Fotos de Fabio Galli, 2008.

As paredes da copa e da cozinha do casarão são revestidas de azulejos pintados em tons do azul e do branco, cuja base foi executada com placas cerâmicas maiores e apresenta decoração floral em múltiplas cores. (Figura 10.1) No banheiro destaca-se uma curiosa imitação de azulejos executada em escaiola. (Figura 10.2)



Figura 10: Na imagem à esquerda, 1: Revestimento de azulejos sobre as paredes da cozinha. Na imagem à direita, 2: Detalhe de escaiola que imita azulejaria sobre as paredes do banheiro. **Fonte:** Fotos de Fabio Galli, 2007.

O CASARÃO DO BARÃO DE BUTUÍ

Este sobrado é o mais antigo dos edifícios analisados. A construção foi erguida seguindo a estética luso-brasileira por volta da década de 1830, para residência do charqueador José Vieira Viana (SANTOS, 2007). Adquirida por José Antônio Moreira, o Barão de Butuí, foi reformada em 1880 pelo construtor italiano José Isella

(CHEVALIER, 2002). Com a reforma, a caixa mural ganhou a camarinha, as portas-sacada da fachada principal e os ornamentos externos de estuque em relevo, harmonizando com as casas vizinhas. A moradia reformada foi repassada pelo barão ao seu filho Ângelo Gonçalves Moreira, como presente de casamento.

O sobrado foi restaurado no ano de 2005 e, atualmente pertence à Prefeitura Municipal e abriga a SECULT e o Centro Cultural Adail Bento Costa. As diferentes intervenções desenvolvidas no prédio, anteriores à última restauração, e inclusive aquelas causadas por um incêndio, prejudicaram em muitos aspectos a conservação dos bens integrados às superfícies murais internas.



Figura 11: Na imagem à esquerda, 1: Detalhe de escaiola do hall de entrada, com placas de mármore na base da parede e friso de estuque em relevo. Na imagem à direita, 2: Escaiola que decora o arco de acesso à escada, com acabamento de estuque em relevo. **Fonte:** Fotos de Fabio Galli, [data?](#)



Figura 12: Na imagem à esquerda, 1: Aspecto da escaiola que reveste o fuste de uma das colunas do hall, que utiliza tons de ocre. Na imagem à direita, 2: Detalhe da escaiola que cobre o fuste de uma das colunas que sustentam o arco de acesso à escada, que explorou tons de cinza. **Fonte:** Fotos de Fabio Galli, [data?](#)

São poucos os exemplos das técnicas de revestimento de paredes neste edifício, os bens agregados às superfícies murais durante a reforma encomendada pelo Barão de Butuí, provavelmente foram eliminados nas sucessivas intervenções realizadas. As decorações em escaiola estão bem evidenciadas no arco e nas colunas do hall e nas paredes do vestíbulo da escadaria que levava às principais salas da antiga residência, situadas no segundo pavimento. (Figura 11) Embora nas colunas restem apenas fragmentos de testemunhos desta arte decorativa. (Figuras 11 e 12) Em uma das peças do pavimento térreo, uma pintura decorativa recuperada registra a composição que imita a azulejaria. Quando da última restauração realizada, prospecções evidenciaram revestimentos escaiolados por baixo desta pintura. (Figura 13)



Figura 13: Detalhe de pintura artística que imita azulejos. **Fonte:** Foto de Fabio Galli, data?

CONCLUSÃO

Diferentes técnicas de revestimento de superfícies murais foram utilizadas na ornamentação dos interiores da arquitetura historicista eclética pelotense, como: as pinturas artísticas efetuadas a mão livre, ou aquelas realizadas na técnica do estêncil, as escaioas que constituem grandes painéis emoldurados por frisos, e os revestimentos com azulejos. Todas são exemplos de bens integrados às construções arquitetônicas, que evidenciam a utilização de materiais, instrumentos e a habilidade dos artesãos que desenvolveram essas ornamentações características do final de século XIX e início do XX. As Leis nacionais redigidas pelos técnicos do IPHAN e as normativas municipais da SECULT discorrem sobre a proteção destes bens patrimoniais. Porém, muitas decorações dos ambientes interiores das construções desapareceram, outras se encontram fragmentadas.

São raros os diagnósticos históricos e críticos que remetem a estas técnicas que constituem os bens integrados à arquitetura eclética de Pelotas. Os registros são escassos e os testemunhos tendem a desaparecer por falta de conservação. Nos três casarões analisados neste artigo detectamos vestígios ou exemplos íntegros destas técnicas de revestimento decorativo, cujo conjunto compõe o ambiente arquitetônico. Mas, não estão claros os critérios adotados para a proteção ou para a restauração dos bens integrados, o que prejudica a permanência dos exemplares e a percepção integral dos ambientes interiores das edificações ecléticas.

As decorações murais acompanham a trajetória evolutiva da humanidade, desde a pré-história aos dias de hoje. Os arranjos ornamentais e as técnicas de revestimentos das superfícies murais revelam signos culturais de diferentes povos, por milhares de anos. Sendo assim, os bens agregados às paredes são merecedores de medidas de preservação e de conservação, dado que são elementos materiais dos aspectos técnicos, artísticos, históricos e ideológicos das diferentes culturas que os produziram. Em Pelotas, as poucas pesquisas realizadas na área, como a que estamos desenvolvendo, objetivam o reconhecimento dos valores dos bens integrados à arquitetura, que complementam o patrimônio cultural da cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. **Cartas de trabalho**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1936.

CHEVALIER, Ceres. **Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX**. Pelotas: Mundial, 2002.

FABRIS, Annateresa. (Org.) **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

IPHAN - Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados- 2000.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.) **Cidade; história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2007.

SECULT. **Manual do usuário de imóveis inventariados**. Prefeitura Municipal de Pelotas. Pelotas: Nova Prova, 2008.

PERIÓDICOS E SITES:

CORREIO MERCANTIL

DIÁRIO POPULAR

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Patrimônio arquitetônico e preservação. In: Publicação comemorativa ao **Dia Nacional do Patrimônio**. Pelotas: SECULT, 2013.

BLOG DO CASARÃO 8. Hospedado no Site da Universidade Federal de Pelotas.

PROJETO PELOTAS MEMÓRIA. Face book acessado em 22/08/2012.